GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

TERMO DE CONVÊNIO 100891/2026

Termo de convênio que celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, e o Município de SÃO JOSÉ DO BARREIRO, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros para aquisição de 01 (uma) Motoniveladora, no âmbito do Programa Articulação Municipal e Consórcio de Municípios.

O Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.755.269/0001-90, neste ato representada por seu Titular, Sr. **ROBERTO RIBEIRO CARNEIRO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.368.757-18, nos termos da autorização constante do Decreto nº 61.229, de 17 de abril de 2015, e do despacho autorizativo publicado no DOE de 22/04/2026, doravante denominado ESTADO, e o Município de **SÃO JOSÉ DO BARREIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.200.623/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito **LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO**, doravante denominado MUNICÍPIO, celebram o presente convênio, que se regerá no que couber, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e pelo Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente convênio a transferência de recursos financeiros para aquisição de 01 (uma) Motoniveladora, de acordo com o correspondente Plano de Trabalho, que integra o presente instrumento, na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÕES

Especificações Técnicas: Motoniveladora com no mínimo: MODELO RG170.B EVO Motor, marca e modelo FPT 6.7L Tier 3 Potência bruta [hp(kW)@ rpm] - 193/205/220 hp (144/153/164kW)@ 2.200 Potência líquida [hp(kW)@ rpm] - 178/190/205hp (133/142/153kW)@ 2.200 Número de cilindros - 6 Cilindrada (l) 6,7 Torque líquido (Nm@ rpm) - 743/788/832@ 1.500 Tipo de transmissão - Powershift com conversor de torque e lock-up Velocidades (F/R) - 6 / 3 Velocidade máxima - F/R (km/h) -44,1 / 30,3
Sistema antideslização - Bloqueio do Tipo diferencial do freio de serviço - Multidiscos em banho de óleo, localizados nos cubos das rodas Bomba hidráulica - Pistões axiais e fluxo variável Vazão da bomba (l/min) - 186,0 Pressão do sistema hidráulico (psi) - 2.600
Pneus - 17,5x25 – 12L – L2 Aros - 14" Tripartido Tanque de combustível (l) - 360 Ângulo de articulação dos chassis (graus) - 25,0
Raio de giro (mm) - 7.700 Inclinação das rodas dianteiras (graus) - 20,0 Oscilação do eixo dianteiro (graus) - 15,0 Vão-livre do eixo dianteiro (mm) - 580 Comprimento total – sem acessórios (mm) - 8.957 Altura até o topo da cabine padrão (mm) 3.400 Bitola (mm) - 2.168 Oscilação do tandem – frente (graus) - 20/20 Diâmetro do círculo (mm) - 1752,6 Tipo da lâmina central - curva evolvente
Lâmina padrão – largura/altura (mm) - 3.962/671 Elevação da lâmina sobre o solo (mm) - 444,5 Penetração máxima da lâmina no solo (mm) - 711 Ângulo máximo de talude Dir./Esq. (graus) - 90/90 Alcance máximo da lâmina Dir./Esq. (mm) - 2065/1868
Inclinação da lâmina - frente/trás (graus) - 40,0/5,0 Largura de corte (mm) - 2,195 Penetração máxima no solo (mm) - 437 Peso operacional (kg) - 17,172

A prefeitura apresentou 3 orçamentos de aquisição da motoniveladora:

SOTREQ - R$ 1.816.000,00

TERRAVERDE - R$ 1.450.000,00

EXTRE - R$ 950.000,00

Média dos 3 orçamentos: R$ 1.405.333,33

SGRITER2026103852DM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

PARÁGRAFO ÚNICO: O Secretário de Governo e Relações Institucionais, após manifestação favorável do Subsecretário de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, amparada em pronunciamento do setor técnico da referida Subsecretaria, poderá autorizar modificações incidentes sobre o Plano de Trabalho de que trata o "caput", para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedadas a alteração do objeto do ajuste e o acréscimo de valor, desde que:

I - não importem transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro; e

II - seja apresentada justificativa objetiva pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO: O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES: Para a execução do presente convênio, constituem obrigações dos partícipes:

I - DO ESTADO:

a) analisar e aprovar a documentação técnica e administrativa exigida previamente à celebração do convênio, bem assim as prestações de contas dos recursos repassados;

b) supervisionar a aquisição e a entrega do objeto do presente convênio, de responsabilidade técnica do MUNICÍPIO;

c) repassar recursos financeiros ao MUNICÍPIO, de acordo com as Cláusulas Quarta e Quinta do presente convênio;

II - DO MUNICÍPIO:

a) adquirir, sob sua exclusiva responsabilidade, os bens móveis de que a Cláusula Primeira deste convênio, no prazo e condições estabelecidas no Plano de Trabalho e com observância da legislação pertinente, bem como dos melhores padrões de qualidade e economia aplicáveis à espécie, com início no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de assinatura do presente ajuste, prorrogável por igual período, na forma do parágrafo único da Cláusula Primeira;

b) aplicar os recursos financeiros recebidos do ESTADO exclusivamente para os fins aludidos no presente convênio;

c) colocar à disposição do ESTADO a documentação referente à aplicação dos recursos financeiros, permitindo ampla fiscalização da aquisição objetivada neste ajuste;

d) prestar contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, conforme Manual de Orientação fornecido pelo ESTADO, sem prejuízo do atendimento às instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

e) complementar, com recursos financeiros próprios, aqueles repassados pelo ESTADO, cobrindo o custo total da aquisição;

f) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do objeto do presente convênio, e por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros, isentando o ESTADO de qualquer responsabilidade;

g) instalar e manter legível selo de identificação, de acordo com o modelo oficial fornecido pelo ESTADO, a partir do recebimento do objeto descrito na Cláusula Primeira;

h) manter a regularidade perante os órgãos de controle;

SGRITER202610385 2DM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

i) manter atualizada a escrituração contábil dos atos relativos à execução do objeto descrito na cláusula primeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente, sempre que solicitado, bem como quando houver:

1.necessidade de liberação do remanescente financeiro, conforme estabelecido na Cláusula Quinta deste instrumento, para continuidade da execução do objeto conveniado;

2. mudança de exercício fiscal, a fim de atender determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, visando à demonstração da aplicação financeira dos recursos recebidos e as atividades executadas no exercício anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente convênio, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do ESTADO, fica o MUNICÍPIO obrigado a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, sob pena de imediata instauração da tomada de contas especial do responsável, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança, computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário à Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O ESTADO informará o MUNICÍPIO sobre eventuais irregularidades encontradas na prestação de contas, as quais deverão ser sanadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento desta comunicação, aplicando-se o mesmo procedimento do parágrafo segundo desta cláusula no caso de recolhimento de valores utilizados indevidamente.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR: O valor do presente convênio é de R$ 1.405.333,33 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) dos quais R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de responsabilidade do ESTADO e R$ 405.333,33 (quatrocentos e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), de responsabilidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos de responsabilidade do ESTADO serão repassados ao MUNICÍPIO, após a expedição da ordem de fornecimento, em conformidade de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 68.484, de 26/04/2024 e com o Plano de Trabalho, desde que atendidas as formalidades legais e regulamentares vigentes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em qualquer caso, a liberação da parcela única fica condicionada à expedição de ordem de fornecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não será repassado ao MUNICÍPIO qualquer recurso de responsabilidade do ESTADO que ultrapasse o valor total necessário à conclusão do objeto e de cada uma das etapas previstas no plano de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Deverá o MUNICÍPIO, como condição prévia à transferência de qualquer recurso do ESTADO, fornecer documentação que comprove o custo efetivo final para a execução do objeto do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DE SUA APLICAÇÃO: Os recursos de responsabilidade do ESTADO a serem transferidos ao MUNICÍPIO são originários do Tesouro do Estado e onerarão a classificação funcional programática 04.127.5126.4477.0000 - Articulação Municipal e Consórcio de Municípios, e a categoria econômica 4.4.40.52.01 - Transferência a Municípios - Equipamentos e Material Permanente, ao passo que os recursos a cargo do MUNICÍPIO oneração a classificação funcional programática 20.606.0007.1.020 e a categoria econômica 44.90.52.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos transferidos pelo ESTADO ao MUNICÍPIO, em função deste ajuste, bem como

SGRITER202610385 2DM

os recursos da contrapartida do MUNICÍPIO, quando houver, serão depositados em única conta vinculada ao convênio, no Banco do Brasil S.A., devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto deste convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO deverá observar ainda:

1. todos os pagamentos decorrentes da execução do objeto conveniado deverão ser realizados através da conta vinculada ao convênio;

2. no período correspondente ao intervalo entre a liberação dos recursos e a sua efetiva utilização, estes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S.A., em caderneta de poupança, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês;

3. as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, na execução da obra objeto deste ajuste;

4. quando das prestações de contas de que trata a Cláusula Terceira, inciso II, alínea "d" parágrafo primeiro, deverão ser apresentados os extratos bancários dos períodos em questão, contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pelo Banco do Brasil S.A., acompanhadas das respectivas conciliações bancárias;

5. o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse e até a data do efetivo depósito;

6. as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas serão emitidas em nome do MUNICÍPIO, devendo mencionar o número deste convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Compete ao MUNICÍPIO assegurar os recursos necessários para complementar a execução do objeto a que se refere este convênio, quando for o caso, nos termos da alínea "g" do item II do artigo 4° do Decreto nº 66.173/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de vigência prorrogado, mediante prévia justificativa, autorização do Secretário de Governo e Relações Institucionais e celebração de termo de aditamento, observadas as disposições do Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação deste Convênio se dará, independentemente de termo de aditamento, desde que previamente autorizada pelo Secretário de Governo e Relações Institucionais, nos seguintes casos:

1. quando ocorrer mora na liberação dos recursos, devidamente comprovada nos autos, pelo número de dias correspondente ao de atraso da respectiva liberação;

2. para a prestação de contas finais, exclusivamente para objetos conveniados totalmente concluídos, a fim de comprovar a aplicação dos recursos financeiros recebidos na consecução do objeto conveniado.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO: Este convênio poderá ser denunciado pelos partícipes, mediante notificação prévia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de qualquer de suas cláusulas, promovendo-se, nessas duas hipóteses, o competente acerto de contas.

CLÁUSULA NONA - DA AÇÃO PROMOCIONAL: Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do

SGRITER2026103852DM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição da República.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste convênio, que puderem ser resolvidas na esfera administrativa, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assim o presente Termo digitalmente, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 29 de junho de 2026

LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO
PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO BARREIRO

ROGÉRIO DIAS CORREIA
SUBSECRETÁRIO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

ROBERTO RIBEIRO CARNEIRO
SECRETÁRIO DE ESTADO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

TESTEMUNHA(S):

JOHNNY ROBERTY BIBE DE SOUZA OLIVEIRA - SUBSECRETÁRIO DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

LUCIANA SOUZA DAMASCENO CASA - DIRETORA DE CONVÊNIOS
SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

SGRITER202610385 2DM

Assinado com senha por: JOHNNY ROBERTY BIBE DE SOUZA OLIVEIRA - 29/06/2026 às 11:40:39
Assinado com senha por: LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO - 24/06/2026 às 15:46:20
Assinado com senha por: LUCIANA SOUZA DAMASCENO CASA - 29/06/2026 às 12:20:11
Assinado com senha por: ROGÉRIO DIAS CORREIA - 25/06/2026 às 17:47:27
Assinado com senha por: ROBERTO RIBEIRO CARNEIRO - 29/06/2026 às 11:32:24
Documento Nº: 014346092A006813792 - consulta é autenticada em:
https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/014346092A006813792

Governo do Estado de São Paulo 247

Memorial Descritivo

Objeto:

Aquisição de motoniveladora

Especificações Técnicas:

Motoniveladora com no minimo: MODELO RG170.B EVO

Motor, marca e modelo FPT 6.7L Tier 3

Potência bruta [hp(kW)@ rpm] - 193/205/220 hp (144/153/164kW)@ 2.200

Potência líquida [hp(kW)@ rpm] - 178/190/205hp (133/142/153kW)@ 2.200

Número de cilindros - 6

Cilindrada (l) 6.7

Torque líquido (Nm@ rpm) - 743/788/832@ 1.500

Tipo de transmissão - Powershift com conversor de torque e lock-up

Velocidades (F/R) - 6 / 3

Velocidade máxima - F/R (km/h) -44,1 / 30,3

Sistema antideslizamento - Bloqueio do Diferencial

Tipo do freio de serviço - Multidiscos em banho de óleo, localizado nos cubos das rodas

Bomba hidráulica - Pistões axiais e fluxo variável

Vazão da bomba (l/min) - 186,0

Pressão do sistema hidráulico (psi) - 2.600

Pneus - 17.5x25 – 12L – L2

Aros - 14" Tripartido

Tanque de combustível (l) - 360

Ângulo de articulação dos chassis (graus) - 25,0

Raio de giro (mm) - 7.700

Inclinação das rodas dianteiras (graus) - 20,0

Oscilação do eixo dianteiro (graus) - 15,0

SGRIDES202601158DM

Vão-livre do eixo dianteiro (mm) - 580

Comprimento total – sem acessórios (mm) - 8.957

Altura até o topo da cabine standard (mm) 3.400

Bitola (mm) - 2.168

Oscilação do tandem – frente (graus) - 20/20

Diâmetro do círculo (mm) - 1752,6

Tipo da lâmina central - curva evolvente

Lâmina standard – largura/altura (mm) - 3.962/671

Elevação da lâmina sobre o solo (mm) - 444,5

Penetração máxima da lâmina no solo (mm) - 711

Ângulo máximo de talude Dir./Esq. (graus) - 90/90

Alcance máximo da lâmina Dir./Esq. (mm) - 2065/1868

Inclinação da lâmina - frente/trás (graus) - 40.0/5.0

Largura de corte (mm) - 2.195

Penetração máxima no solo (mm) - 437

Peso operacional (kg) - 17.172

São José do Barreiro, 24 de Junho de 2026

LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO
PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO BARREIRO

SGRIDES202601158DM

Assinado com senha por: LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO - 24/06/2026 às 10:24:25
Documento N°: 014260110A006769454 - consulta é autenticada em:
https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/014260110A006769454

Governo do Estado de São Paulo
256

Prefeitura Municipal da Estância Turística de
São José do Barreiro - SP
Avenida Virgílio Pereira, Nº 231 - Centro
CEP: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288
CNPJ: 45.200.623/0001-46
ADM: 2025 - 2028

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: Aquisição de Motoniveladora

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL (R$)
01	Motoniveladora com no minimo: MODELO RG170.B EVO Motor, marca e modelo FPT 6.7L Tier 3 Potência bruta [hp(kW)@ rpm] - 193/205/220 hp (144/153/164kW)@ 2.200 Potência líquida [hp(kW)@ rpm] - 178/190/205hp (133/142/153kW)@ 2.200 Número de cilindros - 6 Cilindrada (l) 6.7 Torque líquido (Nm@ rpm) - 743/788/832@ 1.500 Tipo de transmissão - Powershift com conversor de torque e lock-up Velocidades (F/R) - 6 / 3 Velocidade máxima - F/R (km/h) -44,1 / 30,3 Sistema antideslizamento - Bloquelo do Diferencial Tipo do freio de serviço - Multidiscos em banho de óleo, localizado nos cubos das rodas Bomba hidráulica - Pistões axiais e fluxo variável Vazão da bomba (l/min) - 186,0 Pressão do sistema hidráulico (psi) - 2.600 Pneus - 17.5x25 – 12L – L2 Aros - 14" Tripartido Tanque de combustível (l) - 360 Ângulo de articulação dos chassis (graus) - 25,0 Raio de giro (mm) - 7.700 Inclinação das rodas dianteiras (graus) - 20,0 Oscilação do eixo dianteiro (graus) - 15,0 Vão-livre do eixo dianteiro (mm) - 580 Comprimento total – sem acessórios (mm) - 8.957 Altura até o topo da cabine standard (mm) 3.400 Bitola (mm) - 2.168 Oscilação do tandem – frente (graus) - 20/20 Diâmetro do círculo (mm) - 1752,6 Tipo da lâmina central - curva evolvente Lâmina standard – largura/altura (mm) - 3.962/671 Elevação da lâmina sobre o solo (mm) - 444,5 Penetração máxima da lâmina no solo (mm) - 711	Um	01	1.405.333,33	1.405.333,33

SGRICAP202607156DM

Prefeitura Municipal da Estância Turística de
São José do Barreiro - SP
Avenida Virgílio Pereira, Nº 231 - Centro
CEP: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288
CNPJ: 45.200.623/0001-46
ADM: 2025 - 2028

	Ângulo máximo de talude Dir./Esq. (graus) - 90/90 **Alcance máximo da lâmina Dir./Esq. (mm) - 2065/1868** **Inclinação da lâmina - frente/trás (graus) - 40.0/5.0** **Largura de corte (mm) - 2.195** **Penetração máxima no solo (mm) - 437** **Peso operacional (kg) - 17.172**				
TOTAL DO ORÇAMENTO				**R$ 1.405.333,33**	

Prefeitura do Município de São José do Barreiro ,22 de junho de 2026.

MICHELLY DE CASSIA GONÇALVES SIMÕES
CRC1SP301378/O-6

SGRICAP202607156DM

Assinado com senha por: LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO - 24/06/2026 às 10:24:26
Autenticado com senha por: LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO - 24/06/2026 às 10:17:56
Documento Nº: 014259804A006769456 - consulta é autenticada em:
https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/014259804A006769456